

28  
pe

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
CONSELHO COORDENADOR DO ENSINO, DA PESQUISA E DA EXTENSÃO

ATA 03/85

001. Aos onze dias do mês de abril de mil novecentos e oitenta e  
002. cinco, às oito horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões da  
003. Pró-Reitoria de Extensão, realizou-se uma reunião do Conselho  
004. Coordenador do Ensino, da Pesquisa e da Extensão - COCEPE -,  
005. convocada e presidida pelo Prof. Léo Zilberknop, Vice-Reitor  
006. desta Instituição. Estavam presentes os seguintes Conselhei-  
007. ros: Prof. Paulo Domingos Mieres Caruso, Profa. Luisa Helena  
008. Falkenberg Rausch, Prof. Renato Luiz Mello Varoto, Prof. Ru-  
009. bens Bellora, Prof. Élio Kersten, Prof. Silvio Brauch, Prof.  
010. Claudio Borba Gomes, Profa. Antonina Zulema D'Avila Paixão e  
011. os Acadêmicos Gerson Madruga da Silva e Julio Cesar Saleker.  
012. Deixou de comparecer a Conselheira Carmen Anselmi Duarte da  
013. Silva. - ORDEM DO DIA - ITEM 1 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR -  
014. Colocada em discussão foi a mesma aprovada por unanimidade. A seguir o  
015. Senhor Presidente congratulou-se com o novo representante discente neste  
016. Conselho, aluno Julio Cesar Saleker. Consultou a seguir aos Senho-  
017. res Conselheiros sobre a possível inversão da Ordem do Dia -  
018. pré-estabelecida, no que se refere ao último item da mesma,  
019. uma vez que o Presidente da Comissão Permanente de Pessoal Do-  
020. cente, já se encontrava presente na Reitoria, para que o mes-  
021. mo fizesse a exposição do que está contido no ofício nº 36/  
022. 85, endereçado a este Egrégio Conselho. Por unanimidade foi  
023. acolhida a sugestão. O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Prof.  
024. Fernando da Nova Cruz Diaz para que o mesmo fizesse uma exposição de moti-  
025. vos, referentes aos processos seletivos internos. Disse inicialmente o  
026. referido professor que a Comissão Permanente de Pessoal Docente foi im-  
027. plantada através da Portaria nº 17/84 de 06.01.84, sendo esta um órgão de  
028. assessoramento do Reitor. A CPPD desde sua implantação, vem estudando uma  
029. série de problemas da Carreira do Magistério, que por lá passam, e os  
030. quais tem os mais diversos trâmites solicitados pelos professores, no que  
031. se refere a sua progressão vertical e horizontal, para poste-  
032. riormente serem enquadrados na norma geral, ou seja na Resolu-  
033. ção 05/80, que estabeleceu a Carreira do Magistério, na UFPEL.  
034. Disse o professor que a referida Resolução foi inspirada no  
035. Decreto nº 85.487, de 11.12.80, que estabeleceu a obrigatorie-  
036. dade da Carreira do Magistério nas autarquias, e a UFPEL atra-  
037. vés de seus Conselhos Superiores resolveu acatar na íntegra es-  
038. te Decreto. O Artigo 43 deste Decreto diz: "Os atuais Profes-  
039. sores Colaboradores e Auxiliares de Ensino admitidos até 31 de  
040. dezembro de 1979 serão aproveitados na referência inicial da  
041. classe de Professor Assistente, desde que possuam diploma de  
042. graduação em curso superior e sejam aprovados em processo se-  
043. letivo a ser organizado e aplicado pelas instituições de ensi-  
044. no superior dentro de 180 (cento e oitenta) dias, contados da  
045. entrada em vigor deste Decreto. "Como pode-se observar nas autar

At



23  
pen

046. guias, os Professores Colaboradores e Auxiliares de Ensino,  
047. eram aproveitados na referência inicial de professores assis-  
048. tentes desde que possuísem diploma de curso superior ou pro-  
049. cesso seletivo. Verificando-se esta situação e comparando-se  
050. com o tratamento dado pela UFPEL na adaptação da Lei à Resolu-  
051. ção 05/80, pois a mesma não espelha o que consta no Decreto. -  
052. Pelo aditamento, os professores no caso convidados, professo-  
053. res colaboradores, não eram enquadrados na referência inicial  
054. de professor assistente e sim como professores auxiliares. Pe-  
055. lo aditamento à Resolução 05/80, este estabelece que os auxi-  
056. liares de ensino ficaram enquadrados na categoria de professor  
057. auxiliar dependendo de alguns dispositivos ou seja, após qua-  
058. tro anos os professores auxiliares ascendem a referência ini-  
059. cial de professor assistente. Para melhor esclarecer aos Conse-  
060. lheiros do COCEPE o Prof. Fernando da Nova Cruz Diaz fez uma  
061. comparação do sistema adotado na Universidade Federal do Rio  
062. Grande do Sul com o adotado pela Universidade Federal de Pelo-  
063. tas. Salientou também que deve ser considerado o aspecto histó-  
064. rico, o currículo dos professores, a indicação pelo Departamen-  
065. to e posteriormente a homologação do Conselho Departamental,  
066. tudo isto deve ser estudado e posteriormente considerado como  
067. sendo um processo seletivo interno. Disse que o COCEPE recente-  
068. mente analisou vários processos de professores auxiliares que  
069. pretendiam a validação de seus processos seletivos, de acordo  
070. com o previsto pelo aditamento da Resolução 05/80, e que o  
071. COCEPE os indeferiu. O Conselheiro Claudio Borba Gomes disse  
072. que ficou sensibilizado com a exposição do professor Fernando  
073. da Nova Cruz Diaz, mas entende que fica muito alcatório e peri-  
074. goso estudarmos individualmente cada caso com as mesmas normas  
075. que estão expostas e que mostram senão erros ou omissão quanto  
076. ao conceito de que seja processo seletivo ou que deveria ser  
077. na UFPEL, o processo seletivo. Acha muito mais justo, se as-  
078. sim fosse entendido pelos demais Conselheiros, que se tratasse  
079. urgentemente de modificar e definir bem o processo seletivo, e  
080. uma vez isto feito que seja aplicado a estes professores que  
081. se encontram na situação de já terem a sua progressão verti-  
082. cal, e não nos moldes atuais do que já foi estudado pelo  
083. COCEPE, que se baseou no que tinha na mão para poder julgar, e  
084. já fez seu julgamento, mas uma vez mostrado que as regras que  
085. estão sendo usadas podem estar com falhas ou omissas, e que  
086. poderão ser melhores enriquecidas, que isto seja feito de ma-  
087. neira urgente para que não prejudique ainda mais estes e mais  
088. outros professores, que a luz desta nova regulamentação se  
089. aprecie estes casos. O Senhor Presidente agradeceu a presença  
090. do Professor Fernando da Nova Cruz Diaz que a convite do  
091. COCEPE expôs o assunto. O Senhor Presidente deu então prosse-  
092. guimento a sessão, seguindo a Ordem do Dia pré-estabelecida na  
093. convocação. 2. PROCESSO Nº 23110.004118/84-4 - INSTITUTO DE  
094. LETRAS E ARTES - Concurso - O Senhor Presidente solicitou ao  
095. Conselheiro Rubens Bellora, relator da Comissão de Concurso,  
096. que fizesse aos Conselheiros presentes uma explanação referen-  
097. te ao processo supra mencionado. Iniciou o relator da Comissão  
098. de Concurso dizendo que o presente processo tem origem no Ins-  
099. tituto de Letras e Artes, onde esta Unidade comunica a este  
100. Conselho, o resultado do Concurso para Professor Auxiliar na



101.Área de Expressão Musical, e que vem ao COCEPE para ser homo-  
102.logado. Continuando seu relato disse o Conselheiro, que uma  
103.das candidatas neste concurso interpôs recurso, entendeu o  
104.COCEPE que prudente fosse o presente processo de homologação  
105.apreciado oportunamente. Em face disto, o COCEPE baixou o pro-  
106.cesso em diligência à Procuradoria Jurídica, tendo em vista o  
107.recurso interposto pela candidata MARIA AMÉLIA DA SILVEIRA -  
108.BRUNO, onde é solicitada à Procuradoria Jurídica parecer a  
109.respeito dos seguintes quesitos: 1) É ou não recorrível a  
110.decisão da Banca Examinadora? 2) Na hipótese afirmativa qual  
111.o órgão competente para apreciar o recurso e em que extensão  
112.e profundidade o apelo deverá ser examinado, isto é, poderá  
113.o órgão "ad quem" modificar a decisão da Banca Examinadora, -  
114.aprovando quem foi reprovado, atribuindo nota, etc? Em respos-  
115.ta aos quesitos formulados à Procuradoria Jurídica, em expe-  
116.diente à fls. 30, emitiu o seguinte parecer: O expediente tra-  
117.ta de consulta formulada pela Presidência do COCEPE tendo em  
118.vista recurso interposto por um dos candidatos, insatisfeito  
119.com o resultado do Concurso. Tal consulta se prende ao exame  
120.de dois (02) aspectos: 1. Se é ou não recorrível a decisão da  
121.banca examinadora. 2. Qual o órgão competente para apreciar o  
122.recurso e em que extensão o apelo pode ser examinado. Respon-  
123.do. Não obstante sua imprevisibilidade, o recurso se integra  
124.na constitucionalidade da ampla defesa e não deve ser negado.  
125.Todo o Direito Administrativo está alicerçado e repousa na pu-  
126.blicidade dos atos administrativos. Porque a administração pú-  
127.blica jamais poderá ser uma caixa de surpresas. A ampla defe-  
128.sa declarada na Constituição da República Federativa do Bra-  
129.sil é fundamento explícito e implícito de outros direitos ina-  
130.lienáveis, entre os quais está o da interposição de recurso  
131.de qualquer decisão. Já no que diz respeito à segunda indaga-  
132.ção, não tenho dúvidas em afirmar a competência do COCEPE. É  
133.ele o órgão central de supervisão do ensino a quem se outor-  
134.gou, estatutária e regimentalmente, funções deliberativas e,  
135.em especial, o julgamento de recursos das decisões em matéria  
136.de sua competência. E em matéria de concursos, na Universida-  
137.de, tudo se passa e gravita na órbita daquele Conselho. Por  
138.consequente, é ele o órgão competente para apreciar e decidir  
139.as questões argüidas. Finalmente, e aqui me parece o ponto  
140.principal, a decisão da Banca Examinadora, salvo naquilo que  
141.diz com os aspectos de forma a serem observados, face à subje-  
142.tividade do processo de avaliação, não pode ser modificada. -  
143.Não é possível, assim, por exemplo, rever notas, justamente -  
144.porque a apreciação dessa matéria se insere na autonomia didá-  
145.tico-pedagógica conferida à Comissão Examinadora, se tratam-  
146.do, consequentemente, mais de assunto técnico do que jurídi-  
147.co. Aliás, nem mesmo perante o judiciário tal é possível, con-  
148.forme entendimento firmado pelo Egrégio Tribunal Federal de  
149.Recursos: "O critério de correção de provas e atribuição de  
150.notas não é suscetível de impugnação perante o Judiciário". -  
151.(AMS 87.165-DF - Rel. Min. Justino Ribeiro, 2ª Turma. Unâni-  
152.me, in Ementário de Jurisprudência do TFR, volume 38, setem-  
153.bro de 1982, pág. 24). Então, pelo que foi visto, às Universi-  
154.dades cabe, dentro dos limites da autonomia que lhes é confe-  
155.rida por lei, estabelecer normas internas. Tais normas, uma

✱

156.vez estabelecidas, se tornam imperativas. Não é possível ana-  
157.lisar-se seu mérito. Mas, a competência recursal declarada se  
158.exercerá in concreto, quando argüida a ilegalidade pelo não  
159.cumprimento daquelas. Poderá, por conseguinte, até mesmo, ser  
160.anulada a decisão por defeito na aplicação das regras eleitas  
161.para presidir os concursos. Mas, sem, contudo, haver possibi-  
162.lidade de se alterarem as notas. Por isso que, como disse -  
163.linhas antes, o recurso é limitado, no meu entendimento, à  
164.verificação do cumprimento estrito daquelas regras estabeleci-  
165.das. Nada além disso. É o parecer. Continuando seu relato o  
166.Conselheiro Rubens Bellora disse que a recorrente alega em  
167.sua preliminar: PRELIMINAR : NULIDADE DO CONCURSO - POR  
168.NÃO HAVER A COMISSÃO EXAMINADORA JULGADO OS CANDIDATOS EM SE-  
169.GUIDA AO TÉRMINO DA ÚLTIMA PROVA ( A PRÁTICA), COM VIOLAÇÃO  
170.DO ART. 35 DA PORTARIA Nº 128/83 DA REITORIA DA UFPEL. Diz o  
171.art. 35 da portaria em epígrafe, por força da qual foram apro-  
172.vadas as normas que regem os concursos para provimento de em-  
173.pregos na classe de Professor Auxiliar, no âmbito da Univer-  
174.sidade Federal de Pelotas, que: "Em seguida, a comissão julga  
175.rá os candidatos, dando cada examinador notas de zero (0) a  
176.dez (10), guardada em sobrecarta individual fechada,...."(gri-  
177.fos nossos). Ora, na espécie, tal julgamento por parte da Co-  
178.missão Examinadora NÃO OCORREU EM SEGUIDA, ATO CONTÍNUO, IME-  
179.DIATAMENTE, SEM SOLUÇÃO DE CONTINUIDADE NO TEMPO! Muito pelo  
180.contrário. Indigitado julgamento veio a acontecer, ao arrepio  
181.da norma categórica do art. 35 da Portaria nº 128/83, TÃO  
182.SÓMENTE NO DIA POSTERIOR AO DO TÉRMINO DAS PROVAS DO CONCURSO  
183.EM FOCO ! E, pois, flagrante e incontestável a nulidade que  
184.inquina o Concurso Público a que se submeteu a ora recorren-  
185.te, sejam quais forem os motivos, razões ou pretextos que ha-  
186.jam determinado semelhante comportamento da ilustre Comissão  
187.Examinadora. Tão frontal infringência da regra invocada -  
188.atrás, sobre acarretar nulidade do concurso, impede, estreme-  
189.de dúvida, possa, vênha devida, vir esse Egrégio Conselho a  
190.homologar o r. parecer da Comissão Examinadora. Impõe-se, as-  
191.sim, em linha de preliminar, forte nos termos imperativos do  
192.art. 266 e seus parágrafos, do Regimento Geral da Universida-  
193.de Federal de Pelotas, a REJEIÇÃO do aludido parecer, com a  
194.conseqüente abertura de inscrições para novo concurso. A Co-  
195.missão de Concurso quando recebeu o recurso, enviou o proces-  
196.so para a Banca Examinadora, para que esta se pronunciasse, e  
197.assim o fez à fls. 05 do processo dizendo o seguinte: A  
198.preliminar levantada raia aos limites da incongruência, eis  
199.que nãofoi ferido o princípio expondo no art. 35 da Porta-  
200.ria de nº 128/83 da Reitoria da UFPEL, além de as atas de  
201.fls.04 (Prova de Títulos), 06 (Prova Prática), 10 (Prova Didá-  
202.tica) e na Ata de Instalação dos Trabalhos (fls.02) inclusive  
203.com a assinatura da recorrente (fls.03). Entende, ainda a  
204.Comissão que a recorrente, se falha tivesse havido,deveria -  
205.tê-la feito constar no Parecer Final (fls.12) - o que não -  
206.ocorreu. Dessa forma, cristalina é a impossibilidade de dar-  
207.-se qualquer valor probatório a alegação de fls. 43 do recur-  
208.so. Insista-se se erro houve o tempo adequado teria sido o do  
209.pronunciamento do Parecer Final, o mais é intempestivo, sal-  
210.vo, o que não crê a banca examinadora, tal não tenha sido fei

tr

D



211.to exatamente para tentar a justificativa de um recurso. A  
212.Comissão de Concurso, opinou a respeito da preliminar levanta  
213.da pela recorrente, manifestando-se da seguinte maneira: NO  
214.que tange à preliminar de nulidade argüida pela recorrente à  
215.fls. 43, porque, segundo pondera, não acatada a norma do arti  
216.go 35 da Portaria nº 128/83 da Reitoria da UFPEL, vale assina  
217.lar que a expressão Em seguida não tem, in casu, o alcance -  
218.pretendido. "Em seguida, a comissão julgará os candidatos...."  
219.(parte inicial do supra citado artigo 35). E nem por isso, -  
220.foi o preceito desrespeitado, posto que apenas no dia poste-  
221.rior ao término das provas foi acionado. Em seguida é locução  
222.que, pelos seus próprios termos, não tem, em si mesma, parâ-  
223.metros fixos de ordem temporal, marcando, de modo cronométrico,  
224.co, o início e a conclusão de um prazo, fora do qual os atos  
225.praticados perdem total eficácia. Em seguida quer dizer em  
226.seguimento, em continuação, sem maior tardança, sem maiores  
227.delongas. E a regra do artigo 35, ora em apreciação, não foi  
228.arredada pelo fato de haver a comissão julgado os candidatos  
229.24 horas após a conclusão das provas. Este lapso de tempo é  
230.normal, regular à espécie examinada e até necessário aos re-  
231.sultados seguros o desapressados, como convém. E a banca exa-  
232.minadora se houve, aqui, com cautela, mas jamais com atraso  
233.capaz de ofender as regras do concurso. Assim, pelo exposto,  
234.não merece guarida a preliminar ora suscitada. O Conselheiro  
235.Rubens Bellora sugeriu ao Senhor Presidente que colocasse em  
236.discussão, o exame da preliminar, se a mesma for acolhida, -  
237.conseqüentemente o concurso é nulo e nada teremos que apreci-  
238.ar no tocante ao mérito. O Senhor Presidente colocou em dis-  
239.cussão o parecer da Comissão de Concurso sobre a preliminar  
240.avocada. O parecer da Comissão foi acolhido por unanimidade.  
241.O Senhor Presidente solicitou então ao relator que desse -  
242.prosseguimento, agora ao mérito. No tocante ao mérito apresen-  
243.tado pela recorrente discorreu o relator. NO MÉRITO. Não  
244.se poderia conformar, como de fato não se conforma, a supli-  
245.cante, ora recorrente, com a nota que lhe foi atribuída, pela  
246.Comissão Examinadora, NA PROVA DE TÍTULOS, NO IRREAL E IRRISÓ  
247.RIO VALOR DE 3,2 (TRÊS E DOIS DÉCIMOS). A atribuição de tão -  
248.ínfima nota, além de ser notoriamente injusta como adiante se  
249.demonstrará, ATENTA AINDA CONTRA ELEMENTARES PRINCÍPIOS DE  
250.LÓGICA. Efetivamente, o art. 38 da Portaria nº 128/83 explici-  
251.ta os critérios a serem obedecidos quando da apuração das no-  
252.tas para habilitação e classificação dos candidatos em concur-  
253.sos tais. Assim, a teor do inciso III do art.38, "serão eli-  
254.minados os candidatos que não alcançarem média aritmética -  
255.igual a cinco (5) em qualquer das provas realizadas". Ora, a  
256.candidata e recorrente, ao se inscrever, apresentou à conside-  
257.ração da douta Comissão Examinadora seu "curriculum vitae", -  
258.qualitativa e quantitativamente rico e pormenorizado ao longo  
259.de treze tópicos, como se verifica do documento acostado ao  
260.presente recurso. O dilema é inevitável. Ou haveria de ser -  
261.eliminada, de plano, a candidata e recorrente, recusando-se  
262.sua inscrição, se acaso prevalecesse o injusto entendimento,  
263.vênia devida, de lhe conferir grau 3,2 na prova de títulos -  
264.(inferior ao mínimo previsto no art. 38, III, da Portaria nº  
265.128); ou teria de ser atribuída, como de justiça e de plena

A

D

266.evidência, à suplicante nota pelo menos igual a 5,0 (cinco):-  
267.como deflui cristalinamente do mesmo dispositivo. A prosperar  
268.o critério, injusto e irregular, adotado pela ilustre Comis-  
269.são, estar-se-á sempre DIANTE DE INSÓLITA, DESUMANA, DESNECES-  
270.SARIA E OFENSIVA POSSIBILIDADE, QUAL SEJA, A DE O CANDIDATO,  
271.COMO É O CASO DA ORA RECORRENTE, SUJEITAR-SE ÀS DIVERSAS PRO-  
272.VAS ESTANDO, PORÉM, PRÉVIA E DEFINITIVAMENTE INABILITADO ! O  
273.bom senso e a elevação do espírito universitário repelem, com  
274.energia, tão sinistra e inquietante possibilidade. Choca a sen-  
275.sibilidade de todos quantos exercem o sagrado ofício do magis-  
276.tério, o se aceitar, se quer, possa um professor e candidato  
277.em concurso, como sucede na espécie, ser submetido aos rigo-  
278.res e aos sacrifícios inerentes a essas provas, sem saber -  
279.que, de antemão, já se encontrava inabilitado e reprovado! O  
280.só fato de ser admitido - COMO O FOI A ORA RECORRENTE - a  
281.prestar as demais provas (didática e prática) leva à inarredá-  
282.vel conclusão de que o candidato alcançou, na prova de títu-  
283.los, nota pelos menos igual a 5,0. Não há tergiversar, nem  
284.sofismar. Pensar de outra forma seria, com a devida vênia, -  
285.homenagear e homologar o absurdo lógico e a injustiça. Impõe-  
286.-se, portanto, sem prejuízo da preliminar atrás argüida, se-  
287.ja ordenada a revisão da nota atribuída à recorrente, em va-  
288.lor, no mínimo igual a 5,0 (cinco), na prova de títulos do  
289.aludido concurso, a ser procedida por outra Comissão Examina-  
290.dora especialmente designada para esse fim. É o que fica, des-  
291.de já, requerido. b) Segundo o parecer da Comissão Examinado-  
292.ra, houve uma só candidata reconhecida como habilitada e, em  
293.consequência, sendo classificada e indicada para provimento -  
294.do emprego de Professor Auxiliar na área em debate. Sem qual-  
295.quer quebra de princípio ético, é forçada, entretanto, a ora  
296.recorrente a externar sua irresignação quanto às notas, compa-  
297.rativamente falando, dadas à candidata que, a final, veio a  
298.ser julgada habilitada. É que a ora recorrente ostenta, de  
299.justiça, títulos tão ou mais valiosos que os da candidata de  
300.clarada vencedora, como se mostrará a seguir. A candidata -  
301.aprovada e indicada obteve, como se poderá facilmente verifi-  
302.car do parecer ora atacado, média final igual a 7,9 (sete e  
303.nove). Basta, por ora, constatar que, dentre os demais impor-  
304.tantes títulos exibidos pela candidata vitoriosa, figuram: -  
305.a) curso de especialização em História das Artes, diversifica-  
306.do de História da Música; b) atividades artísticas com co-  
307.rais. Ora, como é curial, ambos os títulos acima mencionados'  
308.NADA, ABSOLUTAMENTE NADA, TÊM A VER COM A ÁREA DE EXPRESSÃO '  
309.MUSICAL, OBJETO ESPECÍFICO DO QUESTIONADO CONCURSO ! Tanto is-  
310.so é verdade que a Universidade Federal de Pelotas, por seu  
311.Instituto de Letras e Artes, vem, ou está por vir, de abrir'  
312.inscrições para provimento de emprego de Professor Auxiliar '  
313.na área estrita de corais. E há mais. Ao ensejo da prova prá-  
314.tica (ditado rítmico e melódico; leitura musical a primeira '  
315.vista; execução ao piano), a candidata habilitada cometeu inú-  
316.meros erros e enganos, o que não se passou, em absoluto, com  
317.a ora recorrente. A prova de tais fatos está em poder do Ins-  
318.tituto de Letras e Artes, ou da respectiva Comissão Examinado  
319.ra, vez que o exame prático foi inteiramente gravado em fita'  
320.magnética. Impõe-se, por conseguinte, sem prejuízo da prefa-

✱



321. cial, seja por esse Egrégio Conselho ordenada também a revi-  
322. são das notas atribuídas a recorrente e a candidata vencedora  
323. na prova prática do aludido concurso, bem como na prova de tí-  
324. tulos, em aditamento ao pedido no item "a", a ser procedida -  
325. por outra Comissão Examinadora especialmente designada para  
326. essa finalidade. É o que, desde já, se pede. c) Sobressai, -  
327. nas presentes considerações, O AVULTADO INTERESSE MORAL E  
328. PROFISSIONAL DA RECORRENTE EM SE VER, JUSTA E CORRETAMENTE, '  
329. JULGADA E AVALIADA NO CONCURSO QUE VEM DE PRESTAR. De fato, -  
330. além da Família, tem a recorrente, como é público e notório,  
331. dedicado sua vida, de corpo e alma, À MUSICA E' AO MAGISTÉRIO, '  
332. o que aqui se afirma sem falsa modéstia. O currículo, os tra-  
333. balhos e os títulos, nas mais variadas e afins áreas de -  
334. conhecimento, resultado positivo de diuturna, íntima e profi-  
335. cua VIVÊNCIA EM MÚSICA, falam por si mesmos. Para tal, é  
336. suficiente compulsar o "curriculum vitae" da ora recorrente, '  
337. onde causa profunda impressão o estudo de piano durante onze  
338. (11) anos no Conservatório de Música da UFPEL a que se dedi-  
339. cou a suplicante; bem como a perfeita e completa formação mu-  
340. sical por ela recebida no mesmo Conservatório ! No que tange  
341. à formação profissional, são de por em relevo os seguintes tí-  
342. tulos: a) Licenciada em Pedagogia (UCPEL); b) Licenciada em  
343. Música (UFPEL); c) Certificado de Registro de Professor de  
344. Música (MEC); d) Curso de Especialização em Orientação Educa-  
345. cional (UCPEL). Em matéria de estágios, participou a recorren-  
346. te de "Estágio Supervisionado de Prática de Ensino em Músi-  
347. ca", também na Universidade Federal de Pelotas. Entre as ati-  
348. vidades didáticas da suplicante, contam-se: a) Professora de  
349. Música; b) Professora de Teoria e Solfejo. Em suma, desde a  
350. idade de sete anos, quando ingressou no Conservatório de  
351. Música, a recorrente, literalmente, VIVE A MÚSICA, NA SUA -  
352. MAIS ACABADA E PURA EXPRESSÃO, COMO ALUNA E COMO PROFESSORA !  
353. Dessarte, a inabilitação que sobre a recorrente, injustamen-  
354. te, veio a recair, se traduz, nos mais variados planos exis-  
355. tenciais - profissional, moral, social e familiar -, em uma  
356. verdadeira "capitis deminutio". Uma vida inteira de dedicação  
357. e de amor, devotados à Música e a seu magistério, não podem,  
358. em hipótese alguma, ser postos por terra ao simples influxo '  
359. de critérios injustos e desviados de preceitos normativos, vê-  
360. nia devida. Urge, em nome do mais sublime espírito que anima,  
361. valoriza, dignifica e vivifica a VERDADEIRA UNIVERSIDADE, se-  
362. ja procedida cuidadosa e rigorosa revisão das notas atribuí-  
363. das à recorrente e à candidata indicada, a ser procedida por '  
364. outra Comissão Examinadora, observadas as garantias legais e  
365. procedimentais. Assim agindo, ter-se-á, uma vez mais, cumpri-  
366. do ditame de impostergável Justiça. E há mais. Circunstância  
367. assaz significativa. Consta à recorrente que os títulos, por  
368. ela apresentados e relativos à sua formação musical em preen-  
369. dida no Conservatório de Música -, foram avaliados - apenas '  
370. como se tratasse de meros cursos de extensão de 40 horas ! O  
371. desconchavo é gritante. O atestado incluso revela, às claras,  
372. que mencionados cursos tiveram todos, sem exceção longa dura-  
373. ção. Nem se alegue que tal prova é extemporânea, vez que, na-  
374. quilo que diz com títulos emanados e expedidos por unidades '  
375. integrantes da Universidade Federal de Pelotas, a recorrente'

376.está dispensada de produzir prova. Acentue-se, por fim, que o  
377.conteúdo do programa para prova didática e para prova prática  
378.se harmoniza, à perfeição, com a formação musical e com a ex-  
379.periência profissional da ora recorrente. Nessas condi-  
380.ções, à luz do ora sucintamente aduzido e invocando aos au-  
381.reos suplementos de estilo dos insígnies Conselheiros, pede e  
382.espera seja dado provimento ao presente recurso, para os se-  
383.guintes fins e efeitos: a) em preliminar, seja reconhecida e  
384.declarada por esse Egrégio Conselho a nulidade do Concurso em  
385.questão, com fulcro no art. 35 da Portaria nº 128/83, com a  
386.conseqüente rejeição do parecer (art. 39, §2º, da Portaria, c/  
387.c art. 266 e parágrafos do Regimento Geral), do textos norma-  
388.tivos da Universidade Federal de Pelotas; b) ultrapassada a  
389.prefacial, seja por esse Egrégio Conselho ordenada, em cará-  
390.ter de urgência e liminarmente, a sustação cautelar dos atos  
391.e termos conducentes à contratação da candidata classificada  
392.e indicada pela Comissão Examinadora; c) no mérito, seja por  
393.esse Egrégio Conselho determinada a revisão das notas atribuí  
394.das à recorrente e a candidata vencedora, tanto na prova de  
395.títulos como na prova prática do aludido concurso, para fins  
396.de habilitação, classificação, indicação e provimento do  
397.respectivo emprego de Professor Auxiliar, revisão essa a ser  
398.procedida por outra Comissão Examinadora, especialmente desig  
399.nada para esse fim; ordenando-se, em conseqüência, a requisi-  
400.ção das fitas magnéticas em que foi gravada a prova prática,  
401.ao Instituto de Letras e Artes, a fim de ser examinada pela -  
402.Comissão a ser designada. É o que a recorrente pede e espera,  
403.confiante no sereno julgamento dos ilustres Conselheiros. A  
404.Banca Examinadora manifestou-se a respeito do mérito dizendo  
405.que é lamentável que tenha os Ilustres Membros do COCEPE de  
406.consumir seu tempo na leitura, análise e julgamento de afirma  
407.tivas tão extemporâneas quanto as constantes do recurso. Veja  
408.-se: Diz a recorrente à fls. 44 que "ao inscrever apre-  
409.sentou à consideração da douta Comissão Examinadora seu "cur-  
410.riculum vitae", qualitativa e quantitativamente rico..." -  
411.Ora, dois erros básicos - primeiro o de afirmar que na inscri  
412.ção o "curriculum" foi recebido pela Comissão Examinadora, -  
413.quando é sabido dos Senhores Membros do COCEPE, que tal não  
414.é função dos examinadores, mas tão somente do encarregado dos  
415.recursos humanos da UFPEL, na época o DRH; em segundo ao di-  
416.zer qualitativa e quantitativamente rico (grifo nosso), posto  
417.que o julgamento é da competência da Comissão e não do Candi-  
418.dato, pois se assim não fosse inexistia a necessidade de ser  
419.criada a Comissão Examinadora. Não satisfeita, entretanto, -  
420.com tal equívoco, a recorrente insiste em valorar os títulos  
421.da vencedora dentro de um critério estritamente pessoal ao  
422.insistir, fls. 45, em que "dentro os mais importantes títulos  
422.exibidos pela candidata vitoriosa, figuram..." - pelo menos  
423.falta de ética. Ainda na citada fl. 45 a recorrente de  
424.forma absolutamente inverídica afirma que "A Universidade Fe  
425.deral de Pelotas, por seu Instituto de Letras e Artes, vem ou  
426.está por vir, de abrir inscrições para provimento de cargo de  
427.Professor Auxiliar na área estrita de corais". Inverídico, pe  
428.la simples razão de que a área de corais é entendida pelos or  
429.gãos superiores da UFPEL como uma atividade técnica, estando a  
430.responsabilidade de tal setor afeita a Pró-Reitoria de Exten-



36  
Paul

431.são através de um de seus escritórios. O ILA nunca esteve por  
432.abrir tal concurso, como efetivamente não o fez. Senho-'  
433.res Membros do COCEPE, sem pretendermos ser insistentes, mas  
434.para que a verdade, pedra basilar da JUSTIÇA, avulte o seguin-  
435.te trecho do recurso "ao ensejo da prova prática (ditado rít-  
436.mico e melódico; leitura musical a primeira vista; execução '  
437.ao piano), a candidata habilitada cometeu inúmeros erros e  
438.enganos, o que não se passou, em absoluto com a ora recorren-  
439.te". Fácil é perceber-se a insistência com que a recorrente '  
440.tenta denegrir o trabalho não só da Comissão Examinadora, co-  
441.mo também os méritos da candidata habilitada. "Aliás essa in-  
442.sistência é visível ainda em outros parágrafos das fls. 45 e  
443.46, os quais deixamos de enumerar por entender já suficiente  
444.mente provado que não cabe a recorrente estabelecer critérios  
445.outros valorativos que não os da Comissão devidamente consubs-  
446.tanciados nas normas e, por respeito a Vossas Senhorias. -  
447.Reconhece a Comissão Examinadora os méritos obtidos "nos -  
448.mais variados plenos existenciais" (fls.46) pela recorrente.  
449.E, por isso mesmo entende que "uma vida inteira de dedicação '  
450.e de amor, devotados à Música e a seu magistério" não se  
451.esboroarão nas brumas de um concurso público, pois se assim '  
452.fosse, dever-se-ia em vez das provas a que se submetem os  
453.candidatos exigir-se apenas um atestado de bons antecedentes  
454.abrangendo os aspectos "profissional, moral, social e fami-  
455.liar" (fls.46). \* DIANTE DO EXPOSTO, cre a Comissão Examinado-  
456.ra ser insustentável a posição da recorrente, pois como de  
457.forma modelar esclarece o Douto Procurador Geral da UFPEL em  
458.seu parecer das fls. 38/40 somente aspectos de forma justifi-  
459.cariam a revisão e até mesmo a anulação do concurso. Aliás, '  
460.de modo definitiva, o Excelentíssimo Senhor Procurador Geral '  
461.cita entendimento do TFR (fl.40). Assim sendo o recurso deve  
462.ser rejeitado como única forma de respeito as normas da Uni- '  
463.versidade. Disse o relator que a recorrente pretende que se '  
464.faça uma revisão nas notas da prova escrita, da provas prati-  
465.ca e por outra Comissão, além de pretender a nulidade do con-  
466.curso. Quanto a preliminar, já foi esta abordada, e quanto ao  
467.mérito o parecer da Comissão de Concurso é o seguinte: Mérito  
468.Pretende a suplicante seja revisada e aumentada a nota final '  
469.que lhe foi atribuída na prova de títulos, para grau igual, '  
470.pelo menos, a cinco (5). Por interpretação distorcida, chega '  
471.a recorrente ao entendimento da necessidade prévia de julga- '  
472.mento de títulos, isto é, antes da realização das demais pro-  
473.vas do concurso. Nada há, no entanto, que determine tal proce-  
474.dimento. As normas que disciplinam a concretização dos concu-  
475.sos para Professor Auxiliar na UFPEL não contêm, como é de  
476.singela observação, qualquer imposição a esse respeito. Cum-  
477.pre observar que, na fase preliminar de inscrição, cogita-se '  
478.de títulos que habilitam o candidato a participar das provas '  
479.de concurso. De fato, aqui, há um período de admissão ou recu-  
480.sa daqueles que pretendem concorrer a (s) vaga (s). Mas a va-  
481.loração dos títulos dos candidatos habilitados será feita de-  
482.pois, dentro do cronograma das provas, na forma da legislação  
483.própria. Assim, pois, não há para o postulante direito ao  
484.grau 5 (cinco), no mínimo, na prova de títulos. Demais, qual-  
485.quer alteração aferida, não se poderia operar, porque altera-

h

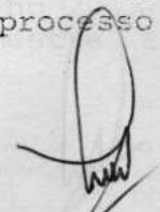
mu

486.ção de nota implica em critério subjetivo de exclusiva atribuição dos examinadores, conforme acertado parecer da douta Procuradoria de nossa Universidade. Mérito - De outra parte, ainda irresignada manifesta-se a recorrente quanto à valoração das provas de outros candidatos. É sabido que razão não há para critérios comparativos, pois, o que está em exame, agora, é a prova da recorrente apenas. Mérito - No que respeita à avaliação da prova didática, trata-se, como já foi acentuado, de matéria de atribuição da banca examinadora. Isto posto, opina-se pelo desprovimento do recurso e consequente homologação do resultado do concurso (fls.12). A seguir o Senhor Presidente colocou a matéria em discussão sendo a mesma amplamente debatida entre os Conselheiros, e posteriormente o Senhor Presidente colocou em votação o parecer emitido pela Comissão de Concurso do COCEPE, sendo o mesmo aprovado por unanimidade e desprovimento do recurso e a consequente homologação do resultado do concurso (fls.12), em que é habilitada para preenchimento da vaga de Professor Auxiliar na área de Expressão Musical, junto ao Departamento de Música e Artes Cênicas do Instituto de Letras e Artes, a candidata ELACI ELSA SCHNEIDER STRAUCH. 3. PROCESSO Nº 23110.006189/84-6 - INSTITUTO DE BIOLOGIA - Concurso - O Senhor Presidente solicitou ao relator da Comissão de Concurso que relatasse o processo supra. Encaminha ao COCEPE a nominata da Banca Examinadora e datada para a realização do concurso para Professor Auxiliar no Departamento de Fisiologia e Farmacologia, sendo a banca composta pelos professores Marilene Farias Alam, (Adjunto/UFPEL), Maria Alice Marasco Ippolito (Adjunto/UFPEL) e Antonio André Belló (Adjunto de Fisiologia/UFRGS), e como suplentes - Denise Moreira Azevedo (Adjunto/UFPEL) e Isa Regina de Oliveira Bertrand (Adjunto Fisiologia/FURG). A Comissão de Concurso é pela homologação da Banca e datas (fls.18). Colocado em discussão o parecer da Comissão de Concurso foi o mesmo aprovado. 4. PROCESSO Nº 23110.002045/85-94 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS - Concurso - O Senhor Presidente solicitou ao relator da Comissão de Concurso que relatasse o processo supra. Encaminha cópia da Ata do Concurso seletivo realizado em 02.08.78 pelo professor JOSÉ FRANCISCO DUARTE MOREIRA em EPB. Em seu parecer diz a Comissão de Concurso: Parecer: Tendo em vista a documentação que instrui o presente processo (fls.2/4) e à luz dos resultados obtidos pela requerente, a Comissão, parte no art. 3 do aditamento à Resolução 05/80 do Egrégio Conselho Universitário, opina pela revalidação do Concurso de seleção realizado pelo Instituto de Ciências Humanas em 01.08.78. Colocado em discussão o parecer da Comissão de Concurso foi o mesmo aprovado. 5. PROCESSO Nº 23110.002323/85-95 - ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Concurso - O Senhor Presidente solicitou ao Conselheiro Rubens Bellora, relator da Comissão de Concurso que relatasse o presente processo. Encaminha a ESEF ofício onde faz referência a data de 15 a 19.03 do corrente ano para a realização do Concurso para Professor Auxiliar na área de recreação, no Departamento de Ginástica e Saúde. Diz ainda o referido ofício que a Banca para o Concurso mencionado está constituída pelos professores Walter Spieker (Adjunto ESEF/UFPEL), Florismar Oliveira Thomaz (Adjunto ESEF/UFPEL), - Lenéa Gaelzer (Titular ESEF/UFPEL) e como suplentes Arno Black (Assistente ESEF/URGRS) e Roberto Mario Scalón (Assis-



541.tente ESEF/UFPEL). A Comissão de Concurso opina favorávelmen-  
542.te à homologação da Banca Examinadora e datas do concurso. Co  
543.locado em discussão o parecer da Comissão de Concurso foi o  
544.mesmo aprovado. 6. PROCESSO Nº 23110.002324/85-58 - ESCOLA SU-  
545.PERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - Concurso - O Senhor Presidente so-  
546.licitou que o relator da Comissão de Concurso fizesse o rela-  
547.to sobre o processo acima. Disse o relator que o referido pro-  
548.cesso tem origem na Escola Superior de Educação Física, e  
549.trata-se de Concurso para Professor Auxiliar na Área de Méto-  
550.dos e Técnicas em Educação Física, para as disciplinas de  
551.Medidas de Avaliação em Educação Física e Métodos Quantitati-  
552.vos, indicando que o mesmo será realizado nos dias 22 a 26 de  
553.março do corrente ano, tendo como Banca Examinadora os  
554.seguintes professores: Telmo Pagana Xavier (Adjunto ESEF/  
555.UFPEL), Mauro Gomes de Mattos (Adjunto ESEF/UFPEL) e João  
556.Luiz Zinn (Adjunto ESEF/UFSM) e como suplente o professor  
557.Arno Black (Assistente ESEF / UFRGS). A Comissão de  
558.Concurso é pela homologação da Banca Examinadora e  
559.data do Concurso. Colocado em discussão o parecer da  
560.Comissão de Concurso foi o mesmo aprovado. 7. PROCESSO Nº  
561.23110.001997/85-63 - INSTITUTO DE QUÍMICA E GEOCIÊNCIAS -  
562.Concurso - O Senhor Presidente solicitou ao Conselheiro Ru-  
563.bens Bellora que relatasse o processo. Disse o relator que  
564.trata o presente processo de homologação do resultado do con-  
565.curso para Professor Auxiliar no Departamento de Química -  
566.Analítica e Inorgânica, no Instituto de Química e Geociên-  
567.cias. Em seu parecer da Comissão de Concurso diz o seguinte:  
568.Segundo a regra do Art. 21 "in fine" da Portaria 126 (Normas :  
569.para que regem concurso para Professor Auxiliar) a prova didá-  
570.tica teve duração máxima de 50 minutos. O candidato Paulo H.  
571.Alguati (fls.9) iniciou a prova às 14:00 horas e concluiu às  
572.14:59 horas. Assim, segundo a regra acima referida, ultrapas-  
573.sou o período máximo de 50 minutos e deveria, pois, ser des-  
574.classificado. A Comissão opina no sentido de ser homologado o  
575.resultado do concurso (fls.13), desclassificando-se o candida-  
576.to Paulo Henrique Alguati. O Senhor Presidente colocou o pa-  
577.recer da Comissão de Concurso em discussão, que foi muito de-  
578.batido entre os Conselheiros presentes, sendo que o Conselhei-  
579.ro Renato Luiz Mello Varoto em suas considerações opina pela  
580.não homologação do concurso e conseqüentemente pela anulação'  
581.do mesmo por falha da Banca quanto a forma. A matéria em pau-  
582.ta continou sendo muito debatida entre os Conselheiros. O  
583.Senhor Presidente disse que a matéria já havia sido demasiada-  
584.mente debatida e que iria colocar a mesma em votação. Disse -  
585.que a primeira proposta a ser votada, é de referendar o pare-  
586.cer da Comissão de Concurso, e a outra proposta do Conselhei-  
587.ro Renato Luiz Mello Varoto seria pela não homologação do con-  
588.curso e anulação do mesmo porque houve falha da Banca Examiná-  
589.dora, quanto a forma. Colocado em votação as propostas acima  
590.referidas, a primeira obteve a maioria dos votos dos Conse-  
591.lheiros, ficando assim homologado o parecer da Comissão de  
592.Concurso do COCEPE. 8. PROCESSO Nº 23110.001670/85-73 - ALUNO  
593.LUIZ GUILHERME DURO GOLDBERG - Solicitação - O Senhor Presi-  
594.dente solicitou ao Presidente da Comissão de Graduação do  
595.COCEPE, que fizesse o relato do pedido solicitado no processo

lt



39  
Paul

596. mencionado. O Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso ini-  
597. ciou dizendo que o requerente é formado do Curso de Gradua-  
598. ção em Instrumento-Piano, e transferiu-se em 1982, da UFRGS  
599. para a UFPEL, e ao matricular-se optou pelo currículo em  
600. vigor. Diz ainda o requerente que o Colegiado de Curso de Gra-  
601. duação em Canto e Instrumento no ano passado, aprovou o no-  
602. vo currículo, para os referidos cursos. Argumenta o aluno  
603. que nas matrículas destes semestre, para sua surpresa, as  
604. matérias do currículo antigo não estavam sendo oferecidas,  
605. e sim, somente as do currículo novo, e para não perder o se-  
606. mestre, efetuou a matrícula em todas as disciplinas necessá-  
607. rias para cumprir o currículo escolhido, sendo que as não  
608. oferecidas no curso estavam no horário do Curso de Licencia-  
609. tura em Educação Artística, sem colisão de horário. Diz  
610. ainda o requerente se assim não fizesse isto é, não optas-  
611. se pelo currículo novo, deixaria de ser provável formando e  
612. seria obrigado a continuar o curso no mínimo por mais dois  
613. anos. O processo foi baixado em diligência ao Colegiado de  
614. Curso de Graduação em Canto e Instrumento, para ser analisa-  
615. do a solicitação do requerente (fls.6). O Colegiado do Cur-  
616. so manifestou-se pela possibilidade de Colocação de Grau do  
617. aluno ao completar o número mínimo de créditos exigidos,  
618. permitindo concluir pelo currículo em extensão. Entendo ain-  
619. da o Colegiado de Curso, ser uma garantia do aluno sem o  
620. que ficaria prejudicado pela imposição de um novo currícu-  
621. lo. Em face do exposto pelo Colegiado de Curso, a Comissão  
622. de Graduação do COCEPE concorda com o parecer do Colegiado  
623. de Curso de Graduação em Canto e Instrumento. Colocado em  
624. discussão o parecer da Comissão de Graduação foi o mesmo -  
625. aprovado. 9. PROCESSO Nº 231101001912/85-19 - ALUNA SILVIA  
626. JOAQUINA SÓRIA DE FARIAS - Autorização de matrícula em dis-  
627. ciplina sem pré-requisito - O Senhor Presidente solicitou  
628. ao Conselheiro Paulo Domingos Mieres Caruso, Presidente da  
629. Comissão de Graduação do COCEPE, que fizesse o relato do  
630. mesmo. Disse o Conselheiro que a aluna solicita matrícula  
631. na disciplina de Meteorologia Aeronáutica sem o pré-requisi-  
632. to. Disse ainda o relator que não consta no processo a mani-  
633. festação do Colegiado de Curso e que a requerente em seu  
634. ofício diz que é aluna do Curso de Meteorologia e está cur-  
635. sando as últimas disciplinas, tendo assim, possibilidade de  
636. colar grau já no mês de julho do corrente ano, o que não po-  
637. derá ocorrer porque não lhe foi possível matricular-se na  
638. disciplina acima mencionada. Requer a aluna que se conside-  
639. re os seguintes pontos: 1 - Formanda do Curso de Meteorolo-  
640. gia; 2 - Tenho horário disponível para fazer essa discipli-  
641. na; 3 - Só me falta matrícula nessa disciplina; 4 - Caso o  
642. COCEPE não me autorize matrícula ficarei mais um semestre  
643. na Universidade Federal de Pelotas para cursar apenas UMA  
644. disciplina; 5 - Ao formando do Curso de Meteorologia é  
645. praticamente obrigatória a ida para o INEMET (Instituto Na-  
646. cional de Meteorologia) com sede em Brasília fazer estágio,  
647. isto significa mais seis meses de retardo para começar a  
648. enfrentar a disputa por um emprego. Se me for permitido fa-  
649. zer essa disciplina agora, poderei fazer este estágio no 2º  
650. semestre deste ano e não ter de esperar além do 2º semestre

K



651.os três meses de férias para então, só em março de 86 come-  
652çar o estágio e somente em julho/86 estar apta a começar a  
653.procurar emprego. Foi juntado ao processo o Histórico Esco-  
654.lar, pela Secretaria Geral dos Cursos para informar sobre a  
655.vida acadêmica da requerente. Solicitado o parecer da Chefe'  
656.do EAA que emitiu sobre o pedido o seguinte parecer: Nas  
657.Normas da UFPEL, capítulo II, "DA MATRÍCULA", artigo 147, -  
658.inciso VI, letra c, se encontra a figura do co-requisito, '  
659.mas a disciplina que falta a requerente fazer, que é Meteo-  
660.rologia Aeronáutica exige como pré-requisito a disciplina '  
661.Meteorologia Sinótica II. Entretanto, levando-se em conside-  
662.ração os argumentos da requerente e que a mesma está extra-  
663.-oficialmente cursando a disciplina que lhe falta, sou de  
664.opinião que, excepcionalmente, e por haver precedente, pode  
665.se autorizar a matrícula pretendida. Disse o relator que a  
666.Chefe do EAA levou o processo ao professor da disciplina e  
667.solicitou o parecer do professor da mesma: Declaro que  
668.a aluna Silvia Joaquina Sória de Farias está cursando a dis-  
669.ciplina Meteorologia Aeronáutica usando a disciplina Meteo-  
670.rologia Sinótica II como co-requisito, em caráter especial,  
671.por ser a mesma formanda, mesmo tendo conhecimento do pré-  
672.requisito. A matéria foi demasiadamente discutida entre os  
673.Conselheiros, ficando deliberado pelo COCEPE de encaminhar'  
674.o processo ao Colegiado de Curso de Meteorologia para as  
675.seguintes análises: 1) - Propor ao COCEPE a retirada do  
676.pré-requisito da disciplina de Meteorologia Aeronáutica, pa-  
677.ra todos os alunos e, dessa forma, matricular a requerente'  
678.nesta disciplina, em caráter excepcional por ser fora de  
679.época previsto em calendário escolar; 2) - Em caso contrá-  
680.rio, ou seja, manutenção do referido pré-requisito, não  
681.permitir a matrícula de nenhum aluno sem os correspondentes  
682.pré-requisitos, de acordo com o Art. 148 do Regimento Geral  
683.da Universidade Federal de Pelotas.10. PROCESSO Nº  
684.23110.001629/85-70 - ALUNA ADRIANE LOBO COSTA - Matrícula -  
685.O Senhor Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Ger-  
686.son Madruga da Silva que solicitou que o presente processo'  
687.fosse retirado da pauta do dia, pois a requerente iria de-  
688.sistir do pedido. O referido processo foi retirado da pau-  
689.ta. 11. PROCESSO Nº 23110.002275/85-44 - PRÓ-REITORIA DE  
690.EXTENSÃO - Suspensão de Cursos - O Senhor Presidente solici-  
691.tou ao Conselheiro Renato Luiz Mello Varoto Presidente da  
692.Comissão de Extensão do COCEPE que relatasse o processo. -  
693.Disse o Conselheiro que trata o presente processo, de uma  
694.solicitação do Instituto de Letras e Artes, para suspender'  
695.cursos, que seriam realizados na sua área. Os cursos que de  
696.veriam ser cancelados seriam os seguintes: 1. Atualização T  
697.em Língua Portuguesa para Professores do Currículo por Ati-  
698.vidades; 2. Francês Instrumental I; 3. Developing Setategirs  
699.I. Disse o Conselheiro que a Presidência deste Conselho, so  
700.licitou informar quais as razões da suspensão dos referi-  
701.dos cursos, como também os números dos respectivos proces-  
702.sos. O referido processo baixou em diligência a Assessoria'  
703.de Apoio e Desenvolvimento que informou o seguinte: No to-  
704.cante ao primeiro curso o processo tem o nº 23110.000202/85  
705.-08 e o motivo é justificado através do ofício nº 01/85 do  
706.NEL/ILA, que informa que o professor responsável teve que

41  
Junk

707.assumir aulas de graduação no 1º semestre de 1985. Quanto ao  
708.segundo curso, acima especificado tem o nº 23110.000200/85-  
709.74, e o motivo informado é através do ofício nº 06/85, que  
710.diz que o professor responsável teve que assumir quatro dis-  
711.ciplinas no Curso de Letras e não três com estava previsto.  
712.Com relação ao último proceso, que tem o nº 23110.000208/85-  
713.86, o motivo é justificado no ofício nº 09/85, que informa  
714.que o professor responsável está com problemas de doença na  
715.família. O processo foi remetido ao Presidente do COCEPE, -  
716.que após a explanação do Conselheiro Renato Luiz Mello Varo-  
717.to, colocou o mesmo em discussão. A matéria foi longamente -  
718.debatida entre os Conselheiros, e após o debate o COCEPE de-  
719.cidiu fazer retornar o presente processo ao Instituto de Le-  
720.tras e Artes afim de que, dado o envolvimento da Universida-  
721.de com a comunidade envolvente, seja reestudada a possibili-  
722.dade de execução dos referidos projetos com os recursos huma-  
723.nos existentes e disponíveis na Unidade, uma vez que não  
724.aceitou as justificativas apresentadas. 12. PROCESSO Nº  
725.23110.001906/85-16 - BARBARA - MARCHIORI - PEZZI - Revisão  
726.de decisão de Curso de Especialização. O Senhor Presidente  
727.solicitou à Presidente da Comissão de Pesquisa e Pós-Gradua-  
728.ção que fizesse aos Conselheiros, um relato sobre o processo.  
729.Disse a Conselheira Luisa Helena Falkember Rausch que primei-  
730.ramente iria fazer um breve relato histórico sobre o pedido  
731.dos requerentes, posteriormente faria a análise e finalmente  
732.emitira o parecer exarado pela Comissão de Pesquisa e Pós-  
733.Graduação do COCEPE: Histórico: Em 05.03.85 chegou à Prô-Rei-  
734.toria de Pesquisa e Pós-Graduação o processo 23110.001634/85  
735.-18, cujo requerente - Senhor Renato Aith Barbará solicitava  
736.esclarecimentos sobre os critérios adotados pelo Curso de  
737.Pós-Graduação em Ciências Sociais, área de concentração em  
738.Economia, no tocante à classificação dos candidatos ao refe-  
739.rido Curso, alegando: 1º) não haver "exame de seleção, mas  
740.somente interpretação e dissertação sobre determinado tema";  
741.2º) não preenchimento das vagas estipuladas no edital; 3º) -  
742.ter sido preterido a favor de candidatos cuja área de forma-  
743.ção é "Agronomia, Veterinária, Geografia, História, etc.",  
744.quando o seu bacherelato é em Economia especificamente. O  
745.processo foi encaminhado ao Senhor Coordenador do Curso de  
746.Pós-Graduação em Ciências Sociais, o qual, por sua vez, fez  
747.ouvir a Comissão encarregada de classificação dos candida-  
748.tos, bem como o repectivo Colegiado de Curso, cujos Parece-  
749.res seguem: " - Informamos que: Não houve modificação no nú-  
750.mero de vagas. A Comissão de Seleção decidiu classificar os  
751.candidatos que julgou com condições para um acompanhamento  
752.proveitoso do Curso. Levou em consideração: Capacidade de  
753.expressão escrita e verbal; Curriculum vitae; Histórico esco-  
754.lar; Disponibilidade de tempo; Leituras pregressas. A dire-  
755.triz seguida pela Comissão que não inédita na Universidade -  
756.brasileira, a nível de pós-graduação, ao contrário, usualmen-  
757.te adotada - não preenchendo todas as vagas, visou, antes de  
758.tudo, a resguardar o bom nível do Curso e assegurar o prestí-  
759.gio da UFPEL." (Comissão de Seleção para Ingresso). "- O Co-  
760.legiado do Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, reuni-  
761.dos aos treze dias do mês de março de mil novecentos e oite-

4



42  
Cau

762.ta e cinco, examinou o processo nº 23110.001634/85-18, de in-  
763.terês de Renato Aith Barbará e proveniente da Pró-Reitoria  
764.de Pesquisa e Pós-Graduação, tendo concluído que a Comissão'  
765.de Seleção para ingresso operou com lisura, buscando atender  
766.os interesses mais lícitos do Curso e da UFPEL, razão pela  
767.qual aprovou inteiramente os procedimentos adotados". Parale-  
768.lamente, processo semelhante foi encaminhado ao Conselho Co-  
769.ordenador de Ensino Pesquisa e Extensão, motivando este estu-  
770.do. Análise: Confrontadas as alegações do requerente com os  
771.Pareceres da Comissão de Seleção, do Colegiado de Curso e do  
772.Escritório de Coordenação da Pós-Graduação, extrai-se: 1º)  
773.não há exigência legal de critérios pré-estabelecidos para '  
774.seleção dos candidatos. O Art. 11 do Regimento do Curso de  
775.Pós-Graduação em Ciências Sociais, aprovado pelo COCEPE, em  
776.30.09.81, deixa em aberto a questão, dando competência para  
777.tanto, a uma Comissão a ser indicada pelo Colegiado de Cur-  
778.so; 2º) não houve alteração do nº de vagas, apenas estas não  
779.foram integralmente preenchidas, o que é perfeitamente le-  
780.gal, segundo o § 1º do mesmo Art. 11; 3º) conforme manifes-  
781.tou-se a Comissão foram estabelecidos critérios, com rela-  
782.ção aos quais não cabe, no entretanto e, s.m.j., análise de  
783.conteúdo. 4º) a negativa do Coordenador do referido Curso de  
784.prestar esclarecimentos sobre o motivo da não classificação  
785.e respectivos critérios, deixou de existir, a partir do mo-  
786.mento em que a Comissão de Seleção manifestou-se através do  
787.processo enviado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Grada-  
788.ção. 5º) os requisitos para inscrição - a taxa, por exemplo,  
789.como bem diz o nome, referem-se à inscrição, não comprometen-  
790.do a admissão. Parecer: Pelos fatos acima expostos, conclui-  
791.se que: 1º) não houve violação dos preceitos legais pertinen-  
792.tes; 2º) os critérios de seleção tem sido atribuição das Co-  
793.missões para esse fim constituídas; por isso mesmo são in-  
794.questionáveis, o mesmo não ocorrendo, entretanto, com o Regi-  
795.mento que as instituiu; Assim sendo, somos de parecer que:  
796.1º) a solicitação do requerente seja indeferida por falta de  
797.apoio legal; 2º) sugira-se ao Curso de Pós-Graduação em Ciên-  
798.cias Sociais uma revisão em seu Regimento, no que tange ao  
799.Capítulo VI, que disciplina a Admissão e Matrícula no Curso,  
800.com referência a estabelecer os critérios a serem adotados '  
801.pela Comissão de Seleção. Colocado em discussão o parecer da  
802.relatora foi o mesmo debatido entre os Conselheiros, resol-  
803.vendo o COCEPE baixar o presente processo à Pró-Reitoria '  
804.de Pesquisa e Pós-Graduação para que a mesma manifeste sobre  
805.o documento de fls. 05 em que constam como número mínimo de  
806.vagas de 15 e máximo 20. 13. PROCESSO Nº 23110.001962/85-89  
807.PROFª MARIA MARLENE LÜCKE - Autorização de afastamento - O  
808.Senhor Presidente solicitou que a Presidente da Comissão de  
809.Pesquisa e Pós-Graduação, relatasse o processo mencionado. -  
810.Disse a Conselheira Luisa Helena Falkenberg Rausch que a  
811.professora requerente, solicita autorização para afastamento  
812.no período de 15/03 a 15/04 do corrente ano para concluir -  
813.sua Dissertação de Mestrado, que está sendo executada no Curso de  
814.Pós-Graduação em Extensão Rural na Universidade Federal de  
815.Santa Maria. O Departamento é de parecer favorável a tal -  
816.afastamento, uma vez que não implicará em prejuízo das ati-

k

D  
h

43  
jul

817.vidades de ensino, por outro lado, aconselha que o prazo se  
818.ja dilatado até o dia 30.04.85, como forma de garantir es-  
819.paço suficiente para a real conclusão da referida tese. O  
820.pedido foi aprovado pelo Conselho Departamental. O referido  
821.processo foi deferido "ad referendum" do COCEPE pelo Presi-  
822.dente do mesmo. Colocado em discussão, foi o referido pro-  
823.cesso referendado pelo COCEPE. A Conselheira Luisa Helena -  
824.Falkenberg Rausch referiu-se que deve haver uma normatiza-  
825.ção sobre o afastamento de docentes. O Senhor Presidente -  
826.disse que esta normatização ficaria então a cargo da Conse-  
827.lheira Luisa Helena Falkenberg Rausch e que nas próximas -  
828.reuniões deste Conselho apresente esta normatização para  
829.ser discutida entre os Conselheiros. 14. PROCESSO Nº  
830.23110.002189/85-12 - PROF. JOSÉ HONORATO DE OLIVEIRA FILHO  
831.- Prorrogação de afastamento - O Senhor Presidente solici-  
832.tou a Conselheira Luisa Helena Falkenberg Rausch, Presiden-  
833.te da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação do COCEPE, que  
834.fizesse o relato do mesmo. - Disse a Conselheira que antes  
835.de relatar o referido processo, era norma que todos os pro-  
836.cessos antes de passarem por este Conselho, deveriam também  
837.passar pela Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação do COCEPE.  
838.Sua sugestão é que dada a natureza do processo de prorroga-  
839.ção de afastamento não haja esta necessidade de consultar o  
840.Escritório de Pós-Graduação para saber se o período está -  
841.dentro da norma geral de afastamento. Uma vez estando den-  
842.tro desta norma, o processo vem ao COCEPE, sem passar tam-  
843.bém pela Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação do COCEPE, -  
844.indo o processo somente para a Pró-Reitoria de Pesquisa e  
845.Pós-Graduação. Foi a sugestão aprovada pelo COCEPE. No tocante ao  
846.processo supra mencionado, este tem origem no Departamento de Meteorolo-  
847.gia, que encaminha pedido de prorrogação de afastamento do Prof. José  
848.Honorato de Oliveira Filho por 12 meses a partir de setem-  
849.bro de 1984. O Escritório de Coordenação de Pós-Graduação -  
850.solicitou parecer do Conselho Departamental do Curso de  
851.Meteorologia no que se refere ao pedido de prorrogação de  
852.afastamento. O pedido foi homologado pelo Conselho Depart-  
853.mental em 29.03.85. Uma vez atendida a diligência o proces-  
854.so foi encaminhado ao COCEPE, que aprovou o pedido de afas-  
855.tamento do professor requerente. 15. PROCESSO Nº  
856.23110.002095/85-62 - PROF. LUIZ FRANCISCO P. GUIMARAES MAIA  
857.- Prorrogação de afastamento - O Senhor Presidente solici-  
858.tou à Presidente da Comissão de Pesquisa e Pós-Graduação, -  
859.que fizesse o relato do processo. Disse a Conselheira Luisa  
860.Helena Falkenberg Rausch, que trata o presente processo de  
861.pedido de prorrogação de permanência do Prof. Luiz Francis-  
862.co P. Guimarães Maia para terminar o Curso de Pós-Graduação  
863.em Meteorologia na Universidade Federal de Viçosa. O Escri-  
864.tório de Coordenação de Pós-Graduação solicitou o parecer -  
865.do Colegiado de Curso de Meteorologia sobre o afastamento.  
866.O Colegiado reunido no dia 29.03 do corrente ano, aprovou a  
867.prorrogação do afastamento do professor. Atendida a diligên-  
868.cia o processo foi encaminhado ao COCEPE, que aprovou o pe-  
869.dido de afastamento do professor. Nada mais havendo a tra-  
870.tar, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão, às do-  
871.ze horas e quarenta e cinco minutos. Para constar, eu

A

Luisa



Wm. D. L.

*Walter K. Paul*